

PARECER

DA **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** AO PROJETO DE LEI Nº 3649/2021, QUE "ESTABELECE PROCEDIMENTO PADRÃO PARA FINS DE TRANSPARÊNCIA NA VACINAÇÃO CONTRA O CO-RONA VÍRUS (COVID-19) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".

Autor: Deputado MÁRCIO CANELLA

Relator: Deputado MÁRCIO PACHECO

(ANEXAÇÃO)

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Deputado MÁRCIO CANELLA, que estabelece procedimento padrão para fins de transparência na vacinação contra o Coronavírus (COVID 19) no Estado do Rio de Janeiro.

II - PARECER DO RELATOR

Conforme determina o artigo 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Ocorre que, não obstante ao inegável mérito da proposição em análise, verifica-se que tramita nesta Colenda Assembleia Legislativa matéria análoga ao Projeto de Lei sob análise, trata-se do Projeto de Lei nº 3646/2021 de autoria do nobre Deputado Dionísio Lins, que "dispõe no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre a permissão para realização e filmagem e fotografias de pacientes em situações de vacinação, excetuando-se a identidade do servidor e dá outras providências."

Com efeito, a tramitação do projeto de lei em análise deverá ocorrer em conjunto com o citado projeto, de acordo com o Art. 123, do Regimento interno, que assim dispõe:

"Art. 123 - Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer comissão ou Deputado ao Presidente da Assembleia, cabendo recurso do despacho ao Plenário, no prazo de cinco dias úteis a partir de sua publicação.".

Desse modo, meu parecer ao Projeto de Lei nº 3649/2021 é pela ANEXAÇÃO ao Projeto de Lei nº 3646/2021.

Sala das Comissões, 21 de abril de 2021.

Deputado MÁRCIO PACHECO, Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 4ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 21 de abril de 2021, aprovou o parecer do relator pela ANEXAÇÃO Projeto de Lei nº 3649/2021 ao Projeto de Lei nº 3646/2021.

Sala das Comissões, 21 de abril de 2021.

Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; RODRIGO BACELLAR, Vice-Presidente; RODRIGO AMORIM, LUIZ PAULO, CARLOS MINC, membros efetivos; MAX LEMOS e MÔNICA FRANCISCO, suplentes.

COMISSÃO DE CULTURA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais remotos/Plataforma Zoom, com a presença dos Senhores Deputados Eliomar Coelho - Presidente, Waldeck Carneiro - Vice-Presidente, Luiz Paulo, Carlos Minc e Dani Monteiro, membros efetivos deste Órgão Técnico reuniu-se a Comissão de Cultura. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 1ª Audiência Pública com o tema “Projeto de Lei nº 3535/2020, que cria o Museu de Arquitetura Urbana do Catete e as Emendas ”, conforme Edital republicado em 13.04.2021, e, em seguida, justificou a ausência do Deputado Chico Machado. Prosseguindo, Sua Excelência anunciou a presença dos Senhores: Daniela Maia - Presidente da Riotur, Vereadora Teresa Bergher - Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Nelson Freitas - Subdiretor de Cultura da ALERJ, Lucienne Figueiredo - Superintendência de Museus do Estado do Rio de Janeiro e representante da Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa Danielle Barros, Douglas Libório - Historiador, André Andion Ângulo - Historiador, Cláudio Elias da Silva - Diretor Geral do INEPAC, Leonardo Preta - INEPAC, Carina Mendes - Representante do IPHAN, Daniela Matera - Assessora Técnica representando Mário Chagas Diretor do Museu da República, Christiane Souza - Diretora de Patrimônio da Igreja Positivista do Brasil, Elizabeth Pougy - Chefe do Museu de Folclore, Andréa Pulici - Coordenadora Técnica de Projetos Especiais do Instituto Pereira Passos, Heloísa Queiroz - Gerente de Museus da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, Arnaldo Bichucher - Coordenador de Operações Turísticas da Secretaria Municipal de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro, André Zambelli - Coordenador de Conservação do Patrimônio Cultural do Instituto Patrimônio da Humanidade IRPH, Rita de Cássia - Presidente do Conselho Federal de Museologia /COFEM, Felipe Carvalho - Presidente do Conselho Regional de Museologia/COREM, Christian Cahen - Liga Independente dos Guias de Turismo/LIGUIA, Martha Niklaus - Movimento Preserva Catete, Mariana Várzea - Ilimitada Produções, Suelyemma Franco - Assessora do Vereador Reimont, Windson Maciel - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Roberto Aimbinder - Ilimitada Produções, Marta Artigas, Júlia Moulin - Assessora da Comissão de Cultura da Alerj, Flávio Aniceto - Assessor da Comissão de Cultura da Alerj, Janaina Bernardes - Assessora do Deputado Waldeck Carneiro, Lauro Senna - Assessor do Deputado Luiz Paulo, Morgana Enele - Assessora do Deputado Carlos Minc, Eliana Wenzeler - Assessora do Deputado Chiquinho da Mangureira, Alexandre Campos - Assessor da Deputada Dani Monteiro, Evelyn Silva - Assessora da Deputada Dani Monteiro, Álvaro Maciel - Assessor do Deputado Waldeck Carneiro, Leonardo Ribas - Assessor do Deputado Chico Machado, Gabriela Naegele - Assessora do Deputado Luiz Paulo. Após amplo debate sobre o Projeto em tela, antes de encerrar, Senhor Presidente solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais nada a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente Deputado Eliomar Coelho suspendeu a reunião, para que eu, Haroldo M.L.Leão de Aquino Secretário, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em treze de abril de dois mil e vinte e um. Haroldo M. L. L. de Aquino - Secretário - Deputado Eliomar Coelho - Presidente

(Notas taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Vamos começar! Bom dia para todas e para todos! Nos termos regimentais, declaro aberto os trabalhos para a 1ª Audiência Pública da Comissão de Cultura, conforme edital republicado em 13/04/2021, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei, nº 3535/ 2021, que cria o Museu de Arquitetura Urbana do Catete, incluindo as Emendas ao Projeto em tela.

Registro a presença do Deputado Luiz Paulo Correa da Rocha, a de Mario Chagas, de Cláudio Elias da Silva, de Douglas Libório, Martha Niklaus, Rita de Cassia.

No decorrer da audiência, vou anunciando as presenças.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Paulo Correa da Rocha, autor do Projeto, para fazer uma exposição sobre o mesmo.

Com a palavra, o Deputad Luiz Paulo Correa da Rocha.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente da nossa Comissão de Cultura, Deputado Eliomar Coelho, senhoras e senhores presentes nessa audiência pública, primeiro, eu queria realçar que este Projeto de Lei, nasceu no recesso Parlamentar, no mês de janeiro e me foi sugerido, discutido, por dois grandes idealizadores, o André Ângulo e o Douglas Libório, que estão aqui presentes.

O Douglas Libório, por exemplo, ficou tão feliz com o Projeto que comprou óculos novos. Nas audiências públicas pretéritas os óculos não eram esses, não é André?

Discutimos muito e verificamos que, esse conceito de criar o Museu de Arquitetura Urbana, no bairro do Catete, tendo como base disso tudo, o Palácio do Catete e seu entorno, englobando a Glória e o Flamengo, poderia valorizar muito a nossa arquitetura urbana, nossa cultura e o nosso turismo, quer seja interno, quer seja externo.

Achei esse conceito muito oportuno porque já havia presenciado o mesmo conceito uma vez, quando fiz uma visita guiada, a pé, há alguns anos, em Berlin, e verifiquei que quem anda na Glória, no Catete e no Flamengo, realmente, os olhos se voltam para o que cham-o de arquitetura dos grandes monumentos, mas não se voltam para as peculiaridades arquitetônicas culturais e históricas, de tantos e tantos logradouros importantes. Então, os dois proponentes, fizeram o primeiro percurso com muito levantamento históricos dos principais pontos arquitetônicos e culturais desses três marcos. A posteriori, acrescentamos mais um. Por mais que sejamos meticulosos, e conhecamos até muito pessoalmente esse bairro, no dia de hoje, fui alertado por um assessor meu, o Lauro, que esquecemos de relacionar, Douglas, aquilo de que tenho o maior orgulho, e que fica lá na sede da Seaerj, que é a primeira estação de tratamento de esgoto do Brasil, oriundo da CITY. Veja que a riqueza de material é tão grande que, por mais que percorramos, sempre estamos propensos a esquecer alguma coisa.

O Projeto está todo escrito, não vou ler artigo por artigo e a ideia, evidentemente, era a de englobar todos os setores culturais de turismo, quer seja de nossa cidade, quer seja do nosso estado, porque a ênfase desse circuito está muito ligado à República, que é o Palácio do Catete - a ênfase central. E o resgate, também, da nossa história, porque eu e o Eliomar, que somos os mais antigos de todos aqui, sabemos que temos que gostar de nossa história para viver bem o presente e ter proposta para o futuro, mas se conhece muito pouco da História do Brasil, sob o ponto de vista da média da nossa população, principalmente, a origem da nossa República, que se assenta também no Parlamento Fluminense, visto que já fomos Capital Federal, e tudo mais, herança dessa época.

Depois, numa longa conversa com o Deputado Eliomar Coelho, presidente da Comissão e Cultura, que já é coautor desse Projeto, e também conversando com o Deputado Waldeck Carneiro, achamos essa ideia tão boa que logo o Deputado Eliomar Coelho disse: “Luiz Paulo, por que não irmos também para os primórdios da fundação da nossa cidade e construir também um roteiro similar na Urca? Lá, tudo começa com os primeiros fundamentos de nossa cidade”. E eu completava com o Deputado Eliomar Coelho: “Porque um circuito que tantas vezes já fiz, para a TV Alerj e levantamos tantos pontos importantíssimos, inclusive, a sede do Parlamento Fluminense, que é o Centro, que tem a ver com diversas fases históricas, como a Praça XV, como ponto de desembarque de D. João VI, que hoje tem lá um monumento tombado, que foi desentranhado do solo, na época do Prefeito Conde, quando ali se aportava.

Logo imaginei duas outras regiões, Douglas, que foi São Cristóvão, pela sua história também e toda a Quinta da Boa Vista e seu entorno, como tradicional bairro imperial. Lembrei-me também, conversando com o Deputado Eliomar Coelho, da nossa Região Administrativa mais extrema da cidade do Rio de Janeiro, que é Santa Cruz, todo o Bairro dos Jesuítas etc. Tudo o que tem de importância na nossa história. Então, verificamos que esse seria um Projeto original e que poderia ser estruturada, posteriormente, uma equipe multidisciplinar, para dar desdobramento a isso.

Falei aqui só da cidade do Rio de Janeiro, porque podemos transpassar cada um dos nossos outros 91 Municípios que também têm uma história com o Brasil Império, com o Brasil do Império à República, ou com o Brasil Nova República, que Waldeck Carneiro conhece muito bem - ele se originou de lá, da capital do Estado do Rio, que foi Niterói, que tem um papel histórico muito importante. Esse é o conceito do Projeto com seus 14 artigos e a forma de escrever como desejamos implantar.

Mas, o conceito fundamental é que seja uma parceria dos diversos segmentos públicos, também, com a comunidade e com a própria iniciativa de empreendedores para que ele fique em pé. O Projeto tem que ser abraçado pelo Poder Executivo, pelas duas Secretarias de Cultura, a do estado e a do município da capital. No turismo, pelas duas Secretarias de Turismo; pela própria Alerj determinar também todo o seu interesse fundamental na questão da história da nossa República, porque estamos no cerne dela. Pelo bairro em si, que queira representar um tour de pessoas interessadas nas histórias desse bairro, valorizando o seu patrimônio. Então, é de interesse da Associação de Moradores; é de interesse da gestão Federal do Palácio do Catete, que é a sede histórica desses bairros.

A ideia dessa audiência pública, Deputado Eliomar Coelho, é exatamente debater esse Projeto, com suas Emendas, para depois ele retornar à Pauta. Inicialmente, se essa ideia for vigorosa, ele pode vir a se desdobrar em outros Projetos similares.

Acho que, sinteticamente Deputado Eliomar Coelho, é isso. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado, Deputado.

Anuncio a presença do Deputado Waldeck Carneiro, vice-presidente da Comissão, e também a presença do Deputado Carlos Minc, que já foi anunciado aqui.

Passo a palavra para Douglas Libório. Como o próprio Deputado Luiz Paulo colocou, teve aí uma concepção trabalhada a partir tanto do Douglas Libório, como do André Ângulo.

Eles querem se pronunciar. Com palavra o André, por ordem alfabética.

O SR. ANDRE ÂNGULO - Primeiramente, quero agradecer o convite para falar aqui para o presidente da Comissão, o Deputado Eliomar Coelho. É um prazer, na verdade, estar na sua presença, lembrando que quando fui presidente da Associação dos Servidores do Ibran e diretor do sindicato, o Deputado Eliomar Coelho participou dos nossos atos, em relação aos servidores, os atos do “pijama”, que fizemos em 24 de agosto de 2011 e 2012. O Deputado era Vereador, à época.

Quero, primeiro, falar do meu enorme prazer pelas reuniões que tive com o Deputado Luiz Paulo, e queria pegar um gancho de sua fala, que acho ser uma questão, um conceito inserido no Projeto de Lei, mas para o que eu gostaria de alertar. Uma Audiência Pública é importante para esse diálogo.

No Rio de Janeiro, desde 2012, recebemos a chancela da Unesco como paisagem cultural urbana, como patrimônio mundial. Considero que, na verdade, essa nossa chancela não está entronizada na sociedade fluminense, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente, de vários outros países, que trabalham essa chancela, que botam a logo da Unesco, salpicada em todos os instrumentos de divulgação turística, de divulgação cultural, no Rio de Janeiro, parece que nada acontece, em relação à chancela importante como o primeiro sítio chancelado como paisagem cultural urbana do mundo. O que considero é, na verdade, que o estabelecimento desses roteiros, desses museus de percurso, como o Deputado Luiz Paulo brilhantemente falou, e de outros recortes históricos e territoriais a serem feitos, permitirá uma maior mediação, inclusive, das instituições culturais, museus, no caso, com a sociedade, de uma forma que as pessoas comecem a perceber as particularidades do que é estar inserido numa paisagem cultural. Aí vem a maior potência do Projeto em si.

Agora, como o Deputado Luiz Paulo bem falou e como dizia também o nosso jogador Garrincha, “só falta combinar com os russos”. O que, na verdade, é isso? Uma coisa é o nosso desejo de fazer; outra é a nossa burocracia kafkina, que acontece com a nossa herança lusitana, somada ao “jeitinho brasileiro”, e as cosas emperam de uma forma que, incrivelmente, as boas ideias morrem. E o que me dá um certo temor, em relação a isso? Da forma como está estruturado no PL, baseado na conceituação de comunidade de paisagem, da carta de Siena, de se pensar a agregação, na concertação dos atores - é isso, na verdade, começar especialmente com os órgãos públicos, como as esferas municipais, estaduais e a federal - de termos determinados problemas na execução. Não querendo tirar o mérito dessa egrégia Casa, a Alerj, que é um Parlamento - portanto, é para falar - o que eu gostaria de apontar - e temos que olhar como a ave Sankofa africana, nossos pés virados para a frente, mas

olhando para trás - é ue determinadas ações, que já foram acontecidas, frutos de Projetos de Lei, na verdade, a gente vê que elas tiveram um determinado congelamento.

Em minha opinião pessoal - aliás, todas as opiniões que estou tirando são pessoais, não estou falando em nome do Museu da República, que tem aqui um representante, o Mário e a minha chefe, Daniela Matera - o que me deixa um pouco com o pé atrás é vemos que determinadas ações que a Alerj discutiu, já cancelou, até acho muito interessante a presença do Deputado Waldeck Carneiro, um grande nome, uma grande figura da Educação brasileira, quanto ao Projeto do circuito de herança africana e foi uma ação do Município, que também foi discutido nesta Casa, mas parece que não houve prosseguimento por conta do Executivo.

Mais uma vez ressalto que não quero tirar o mérito dessa egrégia Casa, mas acho que é aquela questão: falta combinar com todo mundo, principalmente, com a perna do Executivo. Vou dar um exemplo: em relação às declarações de patrimônio material desta Casa. A gente tem um exemplo, na esfera Federal, que é o Iphan, que quando um bem é declarado como patrimônio material, há um trabalho anterior, em que o INRC, o Inventário Nacional de Referências Culturais, que aquilo sistematiza, no prazo de oito meses, no prazo de 18 meses, para ver que aquela manifestação acontece, se repete e tem as particularidades. Há um trabalho feito para, aí sim, ter a declaração, um registro que aquilo é um patrimônio material da sociedade brasileira. Tem a chancela de patrimônio cultural brasileiro.

O que vejo são ações boas, discussões muito interessantes, mas que se iniciam na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e não têm uma continuidade com o Executivo. Posso dar um exemplo também tivemos, peremptório, em relação a isso, quando se tem uma ação iniciada numa Casa Parlamentar, e não se tem a continuação dentro do Executivo, como a Escadaria Salaron, que foi de um Projeto de Lei de tombamento da Vereadora Leila Maualdi, em 2005, depois, veio o César Maia, à época Prefeito, que aceitou. A parte da Cultura na época não fez sequer um inventário da escadaria. Em 2015, outro Vereador do Psol, cujo nome esqueci, pediu o tombamento definitivo. O Eduardo Paes, Prefeito na época, negou e a Câmara de Vereadores, sancionou, derrubando o veto do Prefeito. Até hoje, desde 2005 até 2020 não tinha sido feito sequer um inventário da escadaria. Foi uma ação de uma organização, o Polo Novo Rio Antigo, junto com a Liga de Guias que está conseguindo terminar esse inventário. É a sociedade civil, um pouco, pegando as ações que o Estado deveria estar, no caso, a esfera municipal fazer e não fazer.

O que eu queria, na verdade, neste momento para botar aqui a todos, é essa preocupação que tenho de ter uma ideia maravilhosa, foram reuniões com o Deputado Luiz Paulo e esse prazer ninguém vai tirar mais, porque quando a gente inicia uma coisa, a gente sai outra pessoa. Temos pontos de enlace, de percepções. Mas, o que eu queria botar muito ressaltado - e eu gostaria até de ter essa fala depois e não ser a segunda pessoa a falar, mas boto essa preocupação que tenho em relação à estrutura que está designada no Projeto de Lei, com um elenco de vários atores e isso ficar congelado dentro da burocracia, não só do Estado do Rio de Janeiro, mas a de todos os entes que estão ali, listados nesse comitê gestor.

São essas as palavras que eu queria trazer aqui para discussão, Deputado Eliomar.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) -Muito obrigado, André.

Eu só queria falar que foram convidados e que houve uma presença significativa de pessoas que representam instituições voltadas à vida da Cultura. Essas pessoas, inclusive, vão ter a oportunidade de falar e eu queria dizer que é um Projeto apresentado, concebido e, é claro, a colocação dele, em prática, vai depender muito da nossa ação coletiva. Não vamos esperar só a Assembleia Legislativa, ou só a instituição a, b ou c. Não. É coletivo.

Essa questão, por exemplo, dos tombamentos, realmente, é uma coisa complicada. As pessoas não entendem direito. Quando apresentamos um Projeto, tornando um bem material ou imaterial, um determinado símbolo significativo para a cidade, é claro que fazemos a apresentação do Projeto, mas para que ele se concretize, tem que passar por uma série de procedimento, inclusive, a burocracia é muito grande em relação ao Inepac, ao Iphan. De qualquer maneira, como queremos fazer uma construção coletiva, exatamente para colocar em prática isso, que será aprovado no Projeto, vamos ouvir todas as pessoas.

Eu gostaria de passar a palavra para o Douglas Libório, porque ele sempre tem alguma coisa para acrescentar também.

Queremos um certo cuidado com o tempo, porque às 12 horas temos que encerrar, mas eu gostaria, pelo menos, ouvir todos os presentes, cada um tem alguma coisa a acrescentar e tornar mais rico o nosso Projeto.

Com a palavra, você Douglas.

O SR. DOUGLAS LIBÓRIO - Primeiramente, eu queria saudar a todos, saudar o nobre Deputado Eliomar Coelho, presidente da Comissão; saudar o nobre Deputado Luiz Paulo, que abraçou o Projeto de Lei; saudar o nobre Deputado Carlos Minc, o nobre Deputado Waldeck Carneiro, que está como vice-presidente da Comissão de Cultura. Quero agradecer a fala do meu antecessor André, a parceria no desenvolvimento desse Projeto.

Queria ressaltar algumas coisas e fazer um pouco do histórico do que foi esse Projeto, que já representa um marco na nossa História. Em que sentido? Esse Projeto elaborado, está vindo na esteira de uma parceria muito importante, que foi a comemoração dos 130 anos da Proclamação da República, uma exposição que ocorreu no Salão Nobre do Palácio Tiradentes, em que eu e o André fomos os curadores. Essa parceria apresenta uma aproximação que não havia, desde a década de 60, entre o Palácio Tiradentes e o Palácio do Catete.

Em si, esse evento, que foi os 130 anos da República e a escrita desse Projeto, representa, de certa forma, um retorno à memória republicana, que esses espaços guardam e repensar sua cidade. Então, durante muito tempo esses espaços, o Palácio Tiradentes e o Palácio do Catete, forma espaços de poder, que acuraram sobre a Capital Federal, hoje fazemos isso só que no âmbito da Capital Fluminense.

Eu gostaria de ressaltar isso como essa parceria. A ideia do Museu de Arquitetura Urbano do Catete, surge em 2019, no Museu da República, devido a essa proximidade, eu e André conversamos e apresentei a proposta de criarmos esse PL, o Deputado Luiz Paulo abraçou. Foi uma experiência muito importante, escrevemos isso, em 2020.

Dessa forma, eu queria ressaltar que ele é também é um marco do ponto de vista da tradição do Poder Legislativo, do Palácio Tiradentes, porque é um pouco diferente. A Assembleia legislando sobre a Capital Fluminense sendo que, há 99 anos, quando o Palácio Tiradentes estava sendo construído, o Congresso estava legislando como mudar o perfil da cidade, o olhar sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Hoje, o Projeto reflete também o passado, que é muito presente nas práticas Parlamentares de quem está habitando de quem está habitando o Palácio Tiradentes. Digo isso como professor de História para pensarmos que, ano que vem, comemoraremos o bicentário da Independência. Então, já estamos na esteira de repensarmos nossas práticas, de repensarmos nossas formas de olhar para a Cidade do Rio de Janeiro.

O Projeto, entra em contexto com alguns pontos que eu e André discutimos muito isso, na reunião que tivemos com o Deputado Luiz Paulo e alguns pontos, que eu sempre conversava muito quando eu fazia as minhas mediações no Palácio Tiradentes, na nossa exposição. Primeiramente, o Projeto dialoga com a alcunha do Rio de Janeiro como Capital Mundial da Arquitetura, um título que o Rio recebeu e que, a grosso modo, sintetiza a proposta da Cidade do Rio de Janeiro ser uma cidade, única, em nível mundial, em que a arquitetura urbana da cidade reflete sua história doo Século XVI até o Século XXI. Ora, quando pensamos no Museu Urbano do Catete, estamos pensando no trecho que seria entre o Largo da Glória e a Praça José de Alencar, historicamente, se pensarmos na origem da cidade do Rio de Janeiro, ela nasceu ali, nasceu no espaço conhecido antigamente como Freguesia da Glória, que ia da antiga Lagoa do